



**15 DE JUNHO DE 2016**

**Quarta-feira**

- DESEMPENHO DAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS – INDICADORES CNI-MAIO 2016
- USIMINAS VAI DEMITIR MAIS 500 FUNCIONÁRIOS EM CUBATÃO
- MERCEDES-BENZ CONFIRMA QUE NÃO VAI PRORROGAR ADESÃO AO PPE
- "QUEBREI NA PESSOA FÍSICA PARA NÃO DEIXAR MEU NEGÓCIO QUEBRAR"
- EDITORIAL: A FORÇA DO CLIENTELISMO
- GERDAU PROMOVERÁ HACKATHON COM FOCO EM INOVAÇÃO
- CARROS ELÉTRICOS PODEM FICAR MAIS BARATOS QUE VEÍCULOS A GASOLINA JÁ NESTA DÉCADA
- TEMER EDITA MP QUE AUTORIZA LIQUIDAÇÃO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE CRÉDITO RURAL
- MELHOR PÓS-VENDA DA CHERY ESTÁ NO BRASIL
- VOLVO VM 6X4 OFF-ROAD É APOSTA PARA A RETOMADA DO MERCADO
- TAKATA QUER VENDER AÇÕES QUE POSSUI EM MONTADORAS
- FIDDLE III AUMENTA A LINHA DE SCOOTERS DAFRA
- POWELS ASSUME VOLKSWAGEN EM MAIS REGIÕES
- SOLAR E EÓLICA VÃO 'ECLIPSAR' HIDRELÉTRICAS NO BRASIL
- RENAN RECOMENDA CAUTELA COM AJUSTES NA ECONOMIA DO PAÍS
- TETO PARA GASTO PÚBLICO DE TEMER DEVERÁ DURAR ENTRE 7 E 10 ANOS
- ARTIGO: INACREDITÁVEL
- GOVERNO NÃO CONSEGUE ACORDO PARA VOTAR PROJETO DOS FUNDOS DE PENSÃO
- INFLAÇÃO ALTA AINDA PERSISTE, MAS DEVE CEDER NO SEGUNDO SEMESTRE
- ENERGISA QUER REVER LIMITE DE ALAVANCAGEM POR DETERIORAÇÃO DA ECONOMIA
- SENADO DEVE VOTAR NOVO SUPER SIMPLES NESTA QUARTA-FEIRA
- MOODY'S REBAIXA HSBC BRASIL E MANTÉM NOTA DO BRADESCO
- VOTORANTIM VAI INVESTIR R\$ 322 MILHÕES EM PROJETO
- CADE APROVA CRIAÇÃO DO BANCO HYUNDAI, PARCERIA DA MONTADORA COM SANTANDER

- COBRE OPERA EM FORTE ALTA EM REAÇÃO AO DÓLAR MAIS FRACO
- VOLUME DE SERVIÇOS PRESTADOS CAI 4,5% EM ABRIL, DIZ IBGE
- CHEFE DA VOLKSWAGEN DO BRASIL COMANDARÁ O GRUPO NA AMÉRICA DO SUL
- PARA SINDUSCON-SP, NÃO HÁ PREVISÃO DE RECUPERAÇÃO DO PIB DO SETOR ANTES DE 2018
- SEIS FORMAS DE PERDER DINHEIRO NA HORA DE INVESTIR
- UMA NOVA PREVIDÊNCIA PARA OS NOVOS TRABALHADORES
- EMPRESAS GASTAM 600 HORAS COM OBRIGAÇÕES FISCAIS
- EM MEIO À CRISE, JAGUAR LAND ROVER INAUGURA FÁBRICA DE R\$ 750 MILHÕES NO PAÍS
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL OBRIGA AS ENTIDADES ESTRANGEIRAS A IDENTIFICAREM SEUS BENEFICIÁRIOS FINAIS NO CNPJ

<b>CÂMBIO EM 15/06/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,470	3,470
<b>Euro</b>	3,898	3,901

**Fonte: BACEN**

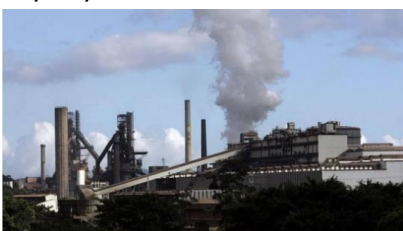
### Desempenho das Indústrias Brasileiras – Indicadores CNI-Maio 2016

15/06/2016 - Fonte: CNI

A CNI divulga os principais indicadores da indústria (comparativo maio/2016). Para ler o documento basta acessar o link: <http://www.sindimetal.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Industriainumerosjunho2016mobile.pdf>

### Usiminas vai demitir mais 500 funcionários em Cubatão

15/06/2016 - Fonte: CNI



A Usiminas (Ternium/Nippon Steel) vai demitir mais 500 funcionários da unidade de Cubatão, no litoral sul de São Paulo, até o próximo dia 15 de julho. A informação foi confirmada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista, que participou de

uma reunião nesta terça-feira, 14, com a empresa. Segundo Claudinei Rodrigues Gato, vice-presidente do sindicato, o encontro foi agendado pela siderúrgica.

Essas demissões não estavam previstas no cronograma de ações apresentado em outubro do ano passado para paralisar a produção de chapas em Cubatão. Fomos chamados pela empresa para esse encontro e ouvimos a proposta de demissão de mais 500 trabalhadores, mas recusamos o acordo e abandonamos a reunião", diz Gato.

"Fomos imediatamente ao Ministério Público e fizemos uma denúncia. Desde que anunciou a paralisação, em outubro do ano passado, a Usiminas já mandou 2,2 mil trabalhadores para a rua, mas havia informado que seriam 1.800. Agora, são mais 500. Eles estão demitindo sem parar, aos poucos", afirmou Gato.

A Usiminas demitiu já trabalhadores e cortou produção na unidade de Cubatão

**Resposta.** Procurada pela reportagem, a Usiminas confirmou a reunião desta terça-feira e também a apresentação de um acordo aos metalúrgicos e a representantes do Sindicato dos Engenheiros, presentes no encontro, mas a empresa não quis revelar quantos empregados vai demitir neste novo corte.

"A Usiminas está adequando o quadro de pessoal da Usina de Cubatão à realidade do mercado brasileiro de aço, em função do agravamento da crise de demanda. Apenas nos cinco primeiros meses deste ano, o consumo de aço no País despencou 25,8% em relação ao mesmo período de 2015 que, por sua vez, já havia sido 10,9% menor do que em 2014. Diante deste cenário de profundos desafios, a Usiminas buscou negociar com os sindicatos, nesta terça-feira, benefícios extras para reduzir o impacto social da medida. No entanto, o Sindicato dos Metalúrgicos recusou-se a discutir o tema, enquanto o Sindicato dos Engenheiros concordou em continuar o diálogo", diz a empresa em nota.

A siderúrgica disse ainda que vai oferecer aos empregados desligados um conjunto de benefícios extras, que englobam manutenção dos planos de saúde e odontológico por 3 a 6 meses, opção por auxílio-alimentação por até 4 meses ou retorno de férias correspondente a 20 dias de trabalho, pagamento de contribuição previdenciária por três meses, seguro de vida por até quatro meses, prioridade na recontração quando da reativação dos equipamentos, treinamentos para recolocação profissional e cartas de recomendação.

**Aporte.** Em reportagem publicada pelo Estado no último dia 8 de junho, o atual presidente da Usiminas, Sérgio Leite, afirmou que, em um prazo de 30 dias, será concluído o processo de aumento de capital de R\$ 1 bilhão do grupo. O aporte, segundo ele, será suficiente para que a empresa pare de queimar seu caixa e comece a gerar resultados positivos.

A renegociação das dívidas, de quase R\$ 8 bilhões, deve ser concluída no prazo de 120 dias dado à Usiminas em meados de março. A escolha de Leite é contestada pelo grupo japonês Nippon, mas teve o apoio do ítalo-argentino Ternium. Os dois são os maiores sócios da companhia.

**Paralisação.** A Usiminas anunciou em outubro do ano passado a decisão de desativar temporariamente a produção de aço em Cubatão, argumentando que a crise econômica e a queda de consumo no País têm provocado prejuízos frequentes.

"O consumo de aço no Brasil despencou 16,7% em 2015 em relação a 2014, que por sua vez já havia sido 6,8% menor do que em 2013. Os dados oficiais são do Instituto Aço Brasil. Já o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (INDA) divulgou que as vendas de aços planos na rede de distribuição registrou, em 2015, os piores patamares desde 2006 e que, para 2016, espera uma queda de 5%. Diante desta crise sem

precedentes, a Usiminas não teve alternativa senão ajustar sua capacidade de produção à realidade do mercado", diz a empresa.

### **Mercedes-Benz confirma que não vai prorrogar adesão ao PPE**

15/06/2016 - Fonte: Paraná Online

A Mercedes-Benz confirmou nesta terça-feira, 14, que não vai prorrogar a sua adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que terminou no dia 31 de maio. Lançado pelo governo em julho do ano passado, o instrumento permite que as empresas reduzam as jornadas e os salários dos trabalhadores em até 30%, com metade da perda salarial compensada pelos cofres públicos, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A Mercedes-Benz foi a primeira montadora instalada no Brasil a aderir ao programa, em setembro do ano passado. À época, ficou combinado que o benefício seria utilizado por seis meses. No fim do período, em fevereiro, a adesão foi prorrogada por mais três meses, terminando no fim de maio.

Os trabalhadores tentaram negociar uma nova prorrogação, para evitar que o fim da adesão resultasse em demissões, mas a empresa afirmou que não tinha interesse. O presidente da empresa no Brasil, Phillip Schiemer, alega que o programa perdeu a sua utilidade para a fábrica.

Para pressionar a montadora, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fez manifestação no dia 1 de junho para pedir a renovação e ameaçou convocar greves caso a empresa realize demissões em massa. No mesmo dia, a empresa abriu um Programa de Demissão Voluntária (PDV), que vai até o dia 8 de julho. Enquanto isso, o sindicato tem tentado discutir alternativas com a montadora.

O Ministério do Trabalho divulgou ontem um balanço do programa que aponta que, desde a sua criação, 111 pedidos de adesão foram aceitos pelo governo, beneficiando 55,9 mil trabalhadores. As solicitações de prorrogação somam 36, com 23 autorizadas, entre elas a da Mercedes-Benz em fevereiro.

### **"Quebrei na pessoa física para não deixar meu negócio quebrar"**

15/06/2016 - Fonte: Diário do Comércio

Ao contrário da maioria dos meninos, Alexandre Serodio recebeu conselhos de beleza não de sua mãe, mas de seu pai. Ademir entrou na Avon para trabalhar na contabilidade e acabou ficando 26 anos, até chegar à presidência para a América Latina. O filho sempre o acompanhava nas viagens de negócios e se maravilhava com as histórias sobre vender cosméticos.

Alex não só recebeu as dicas do setor, como o sólido exemplo de uma pessoa que sempre pensou grande, empreendeu dentro da empresa e foi responsável pelo próprio crescimento.

Seguindo os passos do pai, começou cedo a vender ostras na praia. Na escola, acabou se engajando em projeto de miniempresa, Modelo das Nações Unidas e chegou até a administrar a cantina.

Já saiu do Ensino Médio se coçando para entrar no mercado de trabalho. Seu primeiro emprego foi ainda aos 18 anos, na Câmara de Comércio Americana (Amcham), onde era promovido todo ano, enquanto cursava Economia na PUC do Rio de Janeiro.

A carreira dava sinal de um futuro brilhante no mundo corporativo: gerente de marketing de multinacional aos 23 anos, diretor de marketing aos 26... Alex estava em

cargo executivo na Jafra, uma gigante do mercado de cosméticos, quando surgiu a oportunidade de integrar um grupo que compraria boa parte das ações da empresa.

O vislumbre de ter mais autonomia para construir um negócio de referência fez o coração bater mais forte. Mas o dólar, que estava alto, caiu; o cenário, que estava fraco, acelerou; e os investidores, que iam vender, deram para trás.

Foi um balde de água fria que deixou o gostinho de fazer algo novo.

### **Mas você vai largar tudo?!**

Na época, Alex namorava uma menina cujo irmão tinha um salão de beleza. Ele entrou como sócio, mas logo percebeu que o negócio estava quebrado. Foi uma catástrofe: não deu duas semanas, eles já estavam sendo despejados do local. Só que a família já havia provocado Alex sobre a decisão e ele não estava disposto a dar o braço a torcer: "eu tinha que fazer aquilo funcionar".

Além de prover serviços de cabeleireiro, o salão também vendia produtos por telefone e os entregava na casa dos clientes. Como essa era uma boa fonte de receita, ele decidiu que investiria nela, mas precisava deixar esse processo mais escalável. E como a venda online ainda era ignorada pelas gigantes do setor, a internet seria o meio escolhido.

Criaram o piloto do site, que ficou bem aquém das expectativas. Todo mundo que estava no barco desanimou e Alex acabou tocando tudo sozinho, do zero. Contratou um motoboy, Washington, que corria pela cidade atrás dos produtos que eram pedidos pela sua plataforma. No escritório alugado, embalavam e despachavam tudo.

O início foi bastante complicado. Para piorar, a indústria era contra. Várias marcas se recusaram a vender para eles, dizendo que esses produtos não poderiam ser comercializados online, apenas por salões. Alex precisou recorrer a distribuidoras, mas o caixa estava vazio e ele não poderia estocar nada.

### **Eu até quebro; minha empresa, não**

Com o fluxo de caixa desfavorável, Alex teve que injetar mais dinheiro. "Eu era meu próprio investidor anjo e já tinha colocado quase todo meu dinheiro no salão. Tudo que restou eu coloquei no Beleza Na Web", ele diz.

O resultado? Alex quebrou na pessoa física.

"Quando voce cria uma empresa, você está criando um filho. E se você só tem um pedaço de comida, você fica com a comida pra você ou você alimenta seu filho? É grande o sacrifício, mas se você quebra a empresa, você quebra a vida de muita gente".

Para Alex, só tem um jeito de levantar: trabalhando. Se preparar, aprender com quem sabe fazer melhor. Foi aí que implementaram o grande diferencial. O que impulsionava as vendas dos produtos (principalmente os mais caros) no salão era a possibilidade que o cliente tinha de cheirar, testar, aprender a aplicar antes de comprá-lo. Ele teria que levar essa dinâmica para o e-commerce.

### **A disparada**

Categorizaram e organizaram tudo de forma que as clientes recebessem diagnóstico e recomendação dos itens que fossem mais adequados a seu cabelo e seu corpo. Para entender e amenizar a rejeição da indústria, também correram atrás de conversar com os profissionais da área.

Foram muitas portas fechadas no início, por isso a esposa de Alex chegava a ir de salão em salão fazendo amizade com eles. Aproveitava, claro, para explicar que a intenção não era competir, e sim dar prestígio a eles e trabalhar junto. A confiança foi-se construindo e Alex passou a contratar cabeleireiros e maquiadores famosos para apresentarem, no YouTube, cosméticos à venda no Beleza na Web.

Nesse meio tempo, Alex foi apresentado por um fornecedor a Lucas e Felipe. Com ótimos currículos, um dos quais incluía até o Goldman Sachs, os dois haviam fundado uma empresa que assumia a venda física dos salões de beleza, mas que não estava indo tão bem. Em troca de uma parte das ações, Alex ganhou novos sócios.

Tudo era feito em casa, do ERP ao merchandising. Com isso, começaram a ganhar nome e a crescer bastante rápido.

No segundo ano, o site já dava lucro – feito raríssimo para o setor de e-commerce no Brasil.

Em três meses, foram de 8 para 50 funcionários. O faturamento também aumentava exponencialmente: 1 milhão, 2 milhões, 7 milhões...

Era 2012 e a Tiger Global – um fundo que também investe em empresas como o Netshoes – entrou no jogo. Junto veio a Kaszek Ventures, co-fundada por Hernan Kazah, empreendedor do Mercado Livre.

Mas então veio 2013.

### **O desafio é permanente**

Qualquer um na posição de Alex estaria cantando vitória. Só que o crescimento era tanto que a velocidade estava ficando incontrolável. Com tanta gente nova no time, a cultura se perdeu. Os gastos com marketing digital triplicaram de repente e o EBITDA ficou negativo. Lucro? Já não tinha mais. Para completar, os concorrentes, que antes mal faziam cócegas, iam gerando um incômodo.

Antes uma empresa de donos, o Beleza na Web acabou ficando inchado. Era preciso um choque de cultura e muito foco em execução. Go big or go home.

Alex chamou todo mundo e bateu o martelo: 2014 vai ser rentável! Se não está pronto para ser o maior, melhor pular fora.

Alguns pularam mesmo. Outros, infelizmente, foram “pulados”.

“Para a gente foi muito duro, mas foi importante. Precisávamos resgatar alguns pontos culturais e valores indispensáveis. O trabalho nunca pode ser para você, tem que ser para o seu time e para o seu cliente.

Parte do pessoal estava fazendo para si. Havia pessoas extraordinariamente inteligentes e éticas ali, mas que não estavam comprometidas o suficiente”, conta. Os dois sócios, que tinham entrado apenas alguns anos antes, também acabaram saindo.

Com metade do time que começou aquele ano – aproximadamente 60 pessoas -, mas com muita garra, conseguiram corrigir seus erros. Em uma virada impressionantemente rápida, puderam tornar o EBITDA novamente positivo no ano seguinte.

### **Cultura forte, expansão plena**

Dois anos depois, o Beleza na Web continua numa crescente. Mais de 13 mil produtos

diferentes estão disponíveis a um clique das mais de 17 milhões de pessoas que visitam o site anualmente.

Há poucos meses, o time se mudou para um galpão três vezes maior em São Paulo, que agora concentra as operações do Brasil inteiro (antes divididas com o Tocantins).

Toda a logística hoje é encabeçada pelo Washington, aquele que começou como motoboy. No centro de distribuições, operadores manuseiam os produtos em perfeita sintonia. Escada acima, a entrada do escritório conduz a um novo universo de espelhos com luzes, catálogos editoriais e estantes com dezenas de perfumes e cosméticos.

Mas o que chama a atenção está ao fundo: uma réplica daquele primeiro escritório alugado, com um iMac G3, da época em que a logo da Apple ainda era colorida, em cima de sua mesa original, um tanto descascada. Era nela que Alex e Washington organizavam os primeiros pedidos. "Gosto mais de ficar aqui que na minha sala", confessa Alex.

Seguindo mais alguns passos, decoração moderna, salas com móveis modulares para reuniões mais dinâmicas e TVs com painéis de dados para gestão à vista. Diga-se de passagem, o novo espaço não teve dedo de nenhum arquiteto. E ali também não se vê sujeira no chão. Antes que caia um papel que seja, Alex cata.

Pode parecer que ele é só perfeccionista, mas o cuidado vem de um respeito pelo coletivo. É essa atenção que ele procura passar também para o time, de 190 pessoas, que tem a missão de engajar os clientes desde a primeira interação e cultivar o relacionamento com eles: "precisamos honrar a confiança que as pessoas nos dão ao comprar com a gente".

## **Um longo caminho**

Com o vento contra em tantos momentos, o sucesso do Beleza na Web é fruto de um trabalho incansável. Para Alex, ficou claro que não existe sucesso sem sacrifício: "Não tem jeito, precisa dar a cara a tapa e reconhecer quando precisa de ajuda".

E para ajudá-lo a chegar ainda mais longe, ele agora vai contar com a força de uma rede de mentores composta pelos maiores empreendedores e especialistas de negócios do país. Isso porque, no último 27 de Abril, Alexandre Serodio foi aprovado como Empreendedor Endeavor no 64º Painel Internacional de Seleção (ISP) em Madrid, Espanha.

Para Alex, o sonho é assumir a liderança da venda direta no Brasil. Com isso, vêm as consequências: se tornar referência, chegar a R\$1 bilhão de faturamento, empregar mais pessoas e mudar a vida de muita gente para melhor. Mas sem nunca esquecer o principal, que é recomendar as aspirações de beleza de nossos clientes.

"Quando a gente perde o sonho, a gente anda de lado. Quando ele é resgatado, a gente cresce".

Se cresce! Em taxas de pelo menos 60%, aliás. Mas Alex não canta vitória. Na verdade, mesmo com todo esse chão percorrido, ele lembra quanto trabalho tem pela frente: "a nossa história está só começando".

## **Editorial: A força do clientelismo**

15/06/2016 - Fonte: Diário do Comércio

Há pouco mais de uma semana o presidente em exercício Michel Temer convocou jornalistas em caráter excepcional para fazer o que ele próprio chamou de comunicados.

Um deles, sua decisão de mandar suspender todas as nomeações para o segundo escalão e para empresas públicas até que fosse votada na Câmara dos Deputados a chamada Lei de Responsabilidade das Estatais, impondo restrições às nomeações para cargos de direção nestas empresas e nos fundos de pensão.

Tratava-se de substituir as indicações políticas por escolhas baseadas na qualificação e conhecimentos específicos do indicado, preferencialmente a partir dos quadros da própria empresa.

Princípios elementares, fundados no mérito e não no peso político, que se fossem impositivos para toda a área pública teriam ajudado a evitar muitos dos problemas que o País hoje enfrenta.

A ideia, já aprovada pelo Senado, durou pouco e já na quinta-feira era anunciada a nomeação do novo presidente dos Correios, mais uma indicação política e, ao contrário do prometido, feita antes da manifestação da Câmara dos Deputados.

Fontes palacianas se apressaram em tentar explicar o inexplicável. Para elas, o governo teria se dado conta de que as novas exigências limitariam ao extremo a possibilidade da escolha de nomes de confiança, especialmente por conta da obrigatoriedade de experiência de pelo menos dez anos. Nem mesmo Pedro Parente, o novo presidente da Petrobras, passaria por este crivo.

Diante da constatação o presidente interino, que em seu primeiro pronunciamento disse que quando errar tratará de se corrigir, teria solicitado estudos sobre o "afrouxamento" da nova legislação.

Especificamente no que diz respeito à experiência mínima de dez anos na área de atuação da companhia para cargos de direção e gerência. Também mandou que seja reavaliada a exigência de que no mínimo 25% dos integrantes dos conselhos de administração sejam independentes. É possível que a matéria seja levada à votação na Câmara dos Deputados na sessão de hoje.

Mais uma vez parece que fica o dito pelo não dito, prevalecendo as injunções políticas sobre o mérito e sobre interesses mais elevados, mantendo-se as condições para que pessoas sem qualificação e conhecimento técnico ganhem espaços mais largos na esfera pública.

E tudo isso, uma vez mais, para deixar claro até que ponto é difícil romper as barreiras do clientelismo, um dos fios condutores da corrupção e da má gestão em nosso País.

## **Gerdau promoverá hackathon com foco em inovação**

15/06/2016 - Fonte: Diário do Comércio

Estudantes das áreas de tecnologia, design, negócios e engenharia de todo o Brasil têm a chance de participar da construção de uma nova estratégia comercial da Gerdau, empresa líder no segmento de aços longos nas Américas.

A oportunidade vem por meio de um *hackathon*, maratona de programação que será realizada pela empresa nos dias 25 e 26 de junho, em São Paulo. Os estudantes serão



desafiados a desenvolver ferramentas que utilizem tecnologias como gamificação, Internet das Coisas (IoT) e realidade virtual aumentada.

A Diretora Executiva de Suprimentos e TI da Gerdau, Claudia Silvia Zanchi Piunti (foto), explica que a iniciativa visa estimular talentos e trazer novas perspectivas para os processos da empresa. Além disso, ela lembra que o *hackathon* é uma estratégia de mercado que resulta em respostas rápidas e eficientes para problemas específicos.

“Essa é uma das formas de inovar: trazer gente de fora, com olhares diferenciados e que vão produzir um choque de inovação”, afirma.

Segundo ela, a maratona vai reunir 60 estudantes de tecnologia, design, negócios e engenharia, que podem ser de qualquer estado e estarem cursando graduação, pós-graduação ou MBA.

Durante 48 horas eles vão receber mentoria e trabalhar em um projeto que proponha inovação na estratégia comercial da Gerdau para prospecção de negócios e melhoria do relacionamento com os clientes. “É importante destacar que essas propostas deverão seguir o posicionamento estratégico da empresa, que é de um comercial proativo”, completa.

Entre as tecnologias que podem surgir no *hackathon* estão aplicativos, soluções de análise de Big Data, Gamificação, digitalização de canais de relacionamento proativa, uso de APIs, sensores e plataformas de IoT, realidade virtual aumentada e customer experience.

De acordo com a diretora, os projetos serão avaliados por uma banca multidisciplinar a partir de critérios, como aplicabilidade, inovação, criatividade, viabilidade comercial e adequação ao desafio.

Serão escolhidos os três melhores projetos, que receberão prêmios como smartphones e cursos focados em tecnologia, inovação e negócios. O projeto vencedor ainda pode ter a chance de ser incubado pela Gerdau.

Claudia Piunti lembra que, mesmo não sendo uma empresa de tecnologia, a Gerdau está preocupada em acompanhar a evolução das ferramentas tecnológicas e de estratégias de inovação aberta, como o *hackathon*.

“Inovação não é uma opção, mas o caminho para se aproximar do cliente. A Gerdau tem esse cuidado de inovar tanto no desenvolvimento dos produtos, nos processos para redução de custos e na criação de novas ferramentas tecnológicas”, afirma.

## **Carros elétricos podem ficar mais baratos que veículos a gasolina já nesta década**

15/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O preço elevado faz com que os carros elétricos ainda sejam uma raridade na maioria dos países. Mas isso deve mudar – e mais rápido do que se imaginava.

Graças a redução contínua do preço das baterias, os veículos elétricos e híbridos devem ganhar escala e se tornar mais baratos que os tradicionais modelos a gasolina

ou diesel já nos próximos seis anos, segundo uma pesquisa da Bloomberg New Energy Finance (BNEF).

As projeções são ainda melhores para as próximas décadas. Até 2040, as vendas de veículos movidos à eletricidade devem chegar a 41 milhões de exemplares, o equivalente a 35% das vendas totais de modelos novos leves. Hoje, o mercado global de carros elétricos não chega a 1%.

No ano passado, vendas de modelos com plugue cresceram 60%, atingindo 462 mil modelos, exatamente a mesma taxa projetada pela Tesla para as vendas até 2020, segundo o estudo da BNEF. Boa parte do desempenho do mercado é reflexo do barateamento das baterias. Responsáveis por um terço do custo de construção de um carro elétrico, elas tiveram um recuo de 35% no preço no último ano.

Nos próximos anos, os planos da Tesla, Chevy e Nissan incluem a venda de carros elétricos de longo alcance na faixa de US\$ 30 mil. Outras montadoras e empresas de tecnologia também estão investindo bilhões em novos modelos que devem ganhar o mercado.

Com isso, será preciso pensar em oferta extra de energia para abastecer a nova frota de carros com carregadores. Pela projeção, em 2040, os carros elétricos devem consumir 1.900 terawatt-hora de eletricidade, de acordo com BNEF. Isso é equivalente a 10% da eletricidade produzida no mundo em 2015.

Neste contexto de grande demanda, a boa notícia vem do avanço notável das fontes de energia renováveis em todo o mundo. Em 2015, foram acrescentados 152 GW de energia renovável à matriz mundial, segundo dados da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena).

Segundo o BNEF, entre 2016 e 2040 serão investidos cerca 7,8 trilhões de dólares nas energias verdes a nível mundial. No mesmo período, as energias fósseis atrairão 2,1 trilhões de dólares, principalmente nos países emergentes.

### **Temer edita MP que autoriza liquidação e renegociação de dívidas de crédito rural**

15/06/2016 - Fonte: Paraná Online

O presidente em exercício, Michel Temer, editou a Medida Provisória 733 para autorizar a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural contraídas até 2011 por produtores do Nordeste, norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo.

Conforme o Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, antecipou nesta terça-feira, 14, esta MP substitui os trechos da MP 707 que tratam do assunto e que foram vetados agora por Temer - ao sancionar a ampliação de prazo para refinanciamento de débitos de caminhoneiros.

A nova MP do crédito rural prevê, por exemplo, desconto de 95% para a quitação de dívidas de até R\$ 15 mil em uma ou mais operações do mesmo mutuário quando contratadas até 31 de dezembro de 2006 para empreendimentos localizados nas regiões do Semiárido e do norte do Estado do Espírito Santo e nos municípios do norte do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, e desconto de 85% para os demais municípios.

O texto, publicado no Diário Oficial desta quarta-feira, 15, ainda traz outros percentuais de abatimento para dívidas de outros valores.

## **Melhor pós-venda da Chery está no Brasil**

15/06/2016 - Fonte: Automotive Business

A equipe de pós-venda da Chery Brasil obteve o melhor desempenho da companhia no mundo todo. A premiação ocorreu durante evento realizado na matriz da montadora, na China. Um dos pontos favoráveis foi a colocação positiva alcançada no ranking do site Reclame Aqui.

Enquanto a maioria das montadoras brasileiras está abaixo do regular, o atendimento da Chery Brasil é classificado como bom no acumulado dos últimos 12 meses e um dos cinco melhores entre as automotivas, com registro de 99,6% de casos atendidos e 90,2% de casos solucionados.

Segundo a Chery, o resultado ocorre depois da adoção de novos padrões em treinamento técnico, de atendimento aos clientes e inteligência da informação. "A evolução positiva e constante nas avaliações do site de reclamações, uma das principais fontes de consulta dos consumidores quando buscam informações sobre determinada empresa, é um dos indicadores disso", afirma o gerente de pós-venda Maurício Buzetto.

Recentemente, a Chery instalou seu novo centro de distribuição de peças a quatro quilômetros da fábrica de Jacareí, no interior de São Paulo. O endereço atual trará redução de custos operacionais e aumento da sinergia entre o armazém e as áreas de logística e pós-venda.

## **Volvo VM 6x4 off-road é aposta para a retomada do mercado**

15/06/2016 - Fonte: Automotive Business



Ainda que o momento não seja de grande demanda, a Volvo aposta alto e começa a vender nova versão do VM 6x4 no Brasil. Off-road, a configuração do caminhão tem 32 toneladas de Peso Bruto Total (PBT) e foi desenvolvida para aplicações severas na construção civil.

A novidade soa irônica para o momento difícil político e econômico brasileira, com a operação Lava a Jato investigando grandes empreiteiras. Ainda assim, a companhia tem segurança de que o segmento da construção é justamente o caminho para a retomada do mercado de caminhões pesados, que acumula queda da ordem de 70% entre 2015 e os primeiros cinco meses deste ano.

A empresa aponta que a curva de queda começa a se inverter. "Isso só vai se refletir nos emplacamentos a partir de setembro, mas já os índices já evidenciam melhora na confiança do empresário, que é o nosso cliente", destaca Bernardo Fedalto, diretor de caminhões da Volvo Brasil.

Neste cenário, ele avalia que a área de construção civil é uma grande promessa, com potencial para alavancar o crescimento econômico, gerar empregos, competitividade e fluxo logístico. "A Lava a Jato afetou 5 ou 6 empresas da área de construção. Mas o Brasil não se resume a isso. Há outras companhias e muita coisa para fazer", aponta Fedalto.

O desenvolvimento do novo caminhão foi feito em apenas um ano, mas o plano de lançar o modelo já estava no horizonte da Volvo havia pelo menos dois.

## **META DE 20% DO SEGMENTO**

O novo VM é complementar ao FMX, que tem como foco aplicações ainda mais duras, como a mineração. Segundo a Volvo, enquanto as vendas de caminhões pesados seguem em queda livre, houve crescimento de 6,5% na demanda de caminhões de 30 a 32 toneladas de PBT em 2015, justamente a faixa em que a novidade se encaixa.

Os veículos com esta característica respondem por 7% das emplacamentos de pesados, estimado pela Volvo em 15 mil unidades em 2016. A meta é abocanhar 20% de participação nas vendas de caminhões desta faixa de peso com a entrega de 800 a 1000 unidades do novo VM fora de estrada.

“Temos o caminhão mais leve e com maior carga útil da categoria”, garante Fedalto, enumerando alguns bons argumentos de vendas para o modelo. Segundo ele, há vantagem de mais de uma tonelada para o veículo da Volvo na comparação com o líder deste mercado, o Mercedes-Benz Axor 3130.

O caminhão compartilha uma série de componentes com o irmão mais velho FMX. Durante o processo de desenvolvimento, a montadora manteve ouvidos atentos para entender as necessidades do mercado.

“ Fizemos uma série de clínicas com os clientes”, diz Fedalto. O resultado, segundo ele, é um caminhão mais alto, com ângulo de ataque de 25 graus e reforço dianteiro para proteger os componentes e o motor.

O modelo é equipado com propulsor de 330 cv e caixa eletrônica I-Shift, que promete mais eficiência e economia. A tecnologia é tão bem aceita pelo mercado que 75% das unidades de toda a linha VM vendidas já são equipadas com ela. Na gama FH este índice chega a 95%.

“Percebemos que o cliente destas aplicações não quer mais uma caixa mecânica”, diz Fedalto. A transmissão é a mesma usada no FMX, mas a Volvo aponta diferenças na programação, com opções de software adequadas às necessidades de cada comprador. O preço sugerido é de R\$ 285 mil, cerca de R\$ 40 mil a mais que o VM 6x4 já em linha. “Este mercado já foi de preço, mas hoje clientes pagam por veículo mais preparado para a operação”, assegura.

## **Takata quer vender ações que possui em montadoras**

15/06/2016 - Fonte: Automotive Business

A Takata vai vender as ações que possui em montadoras para levantar fundos a fim de enfrentar os custos do mega recall de seus airbags em todo o mundo. Segundo o porta-voz da empresa, Akiko Watanabe, a venda das ações está sendo feita com aprovação das montadoras, cita a agência de notícias Automotive News.

No fim de abril, a Takata já teria vendido a maior parte de seus 2,2 milhões de papéis que tinha na Honda, seu maior cliente, segundo informações do jornal japonês Nikkan Kogyo Shimbun.

Além da Honda, a fornecedora possui ações na Toyota, Nissan, Fuji Heavy Industries (Subaru Corporation), Mitsubishi e Suzuki. As participações da Takata nas montadoras têm valor estimado e equivalente a US\$ 88 milhões.

Um comitê externo foi formado em fevereiro deste ano para elaborar um plano de reestruturação da empresa, uma vez que o potencial de enfrentamento dos custos do

recall está na cifra dos bilhões de dólares, que majoritariamente tem sido custeado pelas fabricantes de veículos.

Este comitê com cinco membros está negociando diretamente com as montadoras sobre a partilha dos custos e contratou a empresa Lazard para fazer toda a consultoria na área de gestão de ativos financeiros.

O defeito nos airbags fabricados pela Takata pode causar o rompimento da estrutura do insuflador da bolsa do airbag resultando no disparo de fragmentos metálicos no interior do veículo tem sido associado a pelo menos 13 mortes, sendo dez nos Estados Unidos.

O número de bolsas de ar com defeito pode ultrapassar as 100 milhões de unidades em todo o mundo depois da extensão do recall exigido pelos órgãos reguladores dos Estados Unidos e do Japão, relacionados agora com os airbags do passageiro, além dos airbags dos motoristas que deu origem ao mega recall.

### **Fiddle III aumenta a linha de Scooters Dafra**

15/06/2016 - Fonte: Automotive Business



As concessionárias Dafra começam a vender na segunda metade deste mês o scooter Fiddle III. O modelo foi mostrado em outubro, no Salão Duas Rodas. Tem estilo retrô bem resolvido, motor de 125 cc e potência de 10,3 cavalos, mas preço sugerido elevado, R\$ 11.390, e alimentação por carburador.

Como comparação, seu principal concorrente, o Suzuki Burgman 125, tem injeção eletrônica, tabela de R\$ 8.490 e não raro pode ser encontrado com desconto de R\$ 300 ou mais na cidade de São Paulo.

O Fiddle III torna-se o quarto scooter à venda pela Dafra. É fornecido pela taiwanesa SYM, a mesma que envia os kits do Citycom 300 (modelo Dafra mais vendido em 2016, com 615 emplacamentos) e do Maxsym 400, nacionalizados em Manaus.

O Fiddle III tem pintura bicolor (vermelha e branca ou preta e dourada), lanterna traseira com LEDs, freios dianteiro e traseiro a disco com acionamento combinado (sistema CBS), porta-luvas com chave, porta-objetos sob o banco, painel com tela de cristal líquido e entrada USB para recarga de celular e outros equipamentos.

### **Powels assume Volkswagen em mais regiões**

15/06/2016 - Fonte: Automotive Business



A Volkswagen está criando uma nova estrutura regional na América do Sul. O atual presidente e CEO da VW do Brasil, David Powels, vai comandar toda a América do Sul, América Central e Caribe, em adição à posição vigente.

Powels será o responsável por todas as atividades da marca VW na região. Thomas Owsianski será o vice-presidente de vendas e marketing para a América do Sul e torna-se membro do comitê executivo da Volkswagen do Brasil.

Powels iniciou em 1989 sua carreira na Volkswagen África do Sul como responsável pela contabilidade de impostos na divisão de finanças. Depois de assumir responsabilidades em finanças do grupo e controladoria de finanças da Audi na Alemanha, Powels tornou-se diretor financeiro da VW da África do Sul, em 1998.

Passou a atuar na VW do Brasil como vice-presidente de finanças e estratégia corporativa em 2002. Foi nomeado diretor-geral da VW da África do Sul em 2007 e tornou-se presidente e CEO da Volkswagen do Brasil em 2015. Como vice-presidente de vendas e marketing para a América do Sul, Thomas Owsianski responderá a Powels.

Funcionalmente, Owsianski torna-se um membro da equipe de liderança de vendas e marketing global do board member da marca Volkswagen, Jürgen Stackmann. Owsianski, atualmente diretor executivo de vendas da Skoda e negócios de marketing na SVW na China, ocupará o novo cargo até 1º de outubro.

Jorge Portugal, vice-presidente de vendas e marketing da Volkswagen do Brasil, mantém suas funções, entre elas a responsabilidade pelo relacionamento com a rede de concessionários e o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento da marca no Brasil.

## Solar e eólica vão 'eclipsar' hidrelétricas no Brasil

15/06/2016 - Fonte: Exame



A dependência brasileira na hidroeletricidade tem data para terminar. Dentro de 25 anos, a presença das fontes eólica e solar na matriz energética nacional deve superar a das hidrelétricas.

O prognóstico é do novo relatório New Energy Outlook 2016, produzido pela Bloomberg New Energy Finance (BNEF), que prevê uma significativa diversificação tecnológica nos próximos anos.

Segundo o estudo, a energia hidrelétrica terá sua importância diminuída, representando 29% da capacidade total da matriz em 2040, ao passo que, somadas, solar e eólica responderão por 43%.

“Essas fontes renováveis, incluindo bioenergia, vão atrair 237 bilhões de dólares nos próximos 25 anos. Já as hidrelétricas devem atrair 27 bilhões de dólares, considerando os projetos já planejados”, diz a **EXAME.com** Lilian Alves, analista da BNEF.

Segundo a analista, atualmente, as regiões onde ainda é possível expandir a hidroeletricidade são de difícil acesso e implicam custos maiores de transmissão. “Além disso, a crise no setor energético nos últimos anos, agravada pela seca de 2014 e 2015, tornaram urgente a diversificação da matriz energética”, ressalta.

No cenário global, o estudo prevê que dentro de duas décadas, as energias renováveis ultrapassarão fontes fósseis como o carvão e gás natural na geração de energia,



pavimentando o caminho para uma nova era de geração mais limpa e de menor impacto ambiental.

Confira a seguir as principais mudanças que prometem sacudir o tabuleiro energético brasileiro, conforme o relatório da BNEF:

### **1. Vem aí uma revolução solar em pequena escala**

Gerar energia em casa a partir do sol, injetar na rede pública e ganhar créditos na conta de luz é possível no Brasil desde 2012, através da resolução 482 da Aneel. Com as seguidas altas na conta de luz e um sistema elétrico que dá sinais de exaustão, a microgeração residencial de energia solar fotovoltaica deve se tornar uma opção mais atrativa.

Entre 2020 e 2040, a BNEF espera que 96 gigawatt (GW) de pequenos sistemas solares serão implantados no país. Isso representa 9,5 milhões de residências. "Hoje, temos pouco mais de 2 mil instalações solares. Imaginamos que certos entraves que ainda existem vão ser resolvidos, como os custos de financiamento, ainda altos, e questões de regulação", diz Lilian.

### **2. Apesar da crise econômica, demanda por energia vai subir**

Apesar da atual crise econômica no Brasil, a BNEF espera que a média de demanda de energia crescerá no nível de 2% ao longo dos próximos 25 anos. Para atender esse consumo, o estudo prevê que a matriz energética do país subirá de 149 GW, instalados em 2015, para 406GW em 2040.

### **3. Um mix mais diverso e resiliente**

Em 2015, os 95 GW de hidro representaram 64% do total da capacidade instalada. O estudo prevê que este valor subirá para 117GW, mas representará apenas 29% da capacidade total da grid. Eólica vai saltar para 12% (dos 5% atuais) e a solar distribuída e de larga escala (projetos acima de 14 MW) vai ser 31%.

## **Renan recomenda cautela com ajustes na economia do país**

15/06/2016 - Fonte: Notícias do Senado



### **Proposições legislativas**

- [PLC 125/2015](#)

O presidente do Senado, Renan Calheiros, avalia que toda medida que ajude a estabilizar a economia do ponto de vista fiscal, como um teto para os gastos públicos, é recomendável.

Ainda assim, para Renan esse tipo de proposta deve ser guardada para após a conclusão do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Há uma possibilidade de o presidente do Senado e o presidente interino Michel Temer se reunirem nesta quarta-feira (15) para discutir o tema.

— Acho que não é recomendável neste momento discutir essas matérias importantes que tratam do ajuste fiscal ou que poderão aprofundar o ajuste, porque estamos vivendo uma transitoriedade. Talvez seja o caso de aguardarmos o julgamento final — acredita Renan.

O Executivo, de acordo com publicação no Portal Brasil, vai enviar ao Congresso uma emenda constitucional que cria um teto para os gastos no setor público. Segundo a proposta, as despesas só poderiam aumentar o equivalente à inflação do ano anterior.

### **Supersimples**

Renan Calheiros também anunciou que o Senado deve votar nesta quarta-feira o projeto que atualiza o Supersimples. O PLC 125/2015 prevê que o limite máximo de renda para uma empresa fazer parte do regime tributário diferenciado passará de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões.

— É a primeira medida concreta no sentido de desamarrar os pés da economia. Eu acho que essa sim terá repercussão de gerar empregos. No último ano, 150 mil micro e pequenas empresas saíram do Simples por inadimplência — disse Renan.

### **Janot**

O senador Renan Calheiros informou ainda que vai analisar o pedido protocolado por duas advogadas que pedem o impeachment do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Elas alegam que Janot foi parcial quando não pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prisão da presidente afastada Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por tentarem interferir na Operação Lava Jato. Essa foi a mesma acusação apresentada pelo procurador para requerer a prisão de senadores do PMDB.

— Nos últimos meses eu arqueei cinco pedidos de impedimento do procurador-geral da República. Eu entendi que as petições eram ineptas. Essa eu vou avaliar — afirmou Renan.

## **Teto para gasto público de Temer deverá durar entre 7 e 10 anos**

15/06/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



Com resistências à apresentação neste momento da proposta de criação de um teto para os gastos públicos, o presidente interino, Michel Temer, desistiu na noite desta terça-feira (14) de ir pessoalmente ao Congresso Nacional entregar a iniciativa.

Na manhã desta quarta-feira (15), o presidente interino reunirá os líderes da base aliada para anunciar os detalhes da medida. Segundo a **Folha** apurou, o tempo de vigência do teto de gastos deverá ser um período entre sete e dez anos, podendo ser renovado caso algumas metas não sejam atingidas, como zerar o deficit da União e reduzir a dívida pública a determinado percentual do PIB (Produto Interno Bruto).

O peemedebista queria inicialmente um prazo de seis anos, mas, com a insistência da equipe econômica por um período maior, decidiu elevá-lo para agradar o ministro Henrique Meirelles (Fazenda). O presidente interino foi avisado também por integrantes da base aliada que um período superior a dez anos não seria aprovado pelo Congresso Nacional.

A proposta foi fechada em reunião na noite desta terça-feira (13). Para amenizar as resistências, o presidente interino convidou Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado Federal, para participar da definição da iniciativa.



As declarações de Renan Calheiros de que o Palácio do Planalto deveria esperar a definição sobre o impeachment para enviar a proposta geraram receio e irritação no governo interino, que decidiu apresentar a proposta no Palácio do Planalto.

Além das críticas do senador, a versão inicial da proposta elaborada pelo Ministério da Fazenda sofreu resistência de partidos governistas por causa do prazo de validade longo demais, de até vinte anos, e por propor corte de benefícios sociais como o abono salarial.

O próprio presidente Temer avaliou o prazo de validade muito longo, irritou-se com o vazamento da proposta do Ministério da Fazenda e foi contra mudanças no pagamento do abono salarial.

## **INFLAÇÃO E RETOMADA**

O argumento do Palácio do Planalto é que o teto de gastos públicos é essencial para sinalizar um reequilíbrio das contas públicas no médio prazo, contribuindo para conter a inflação e para a retomada do crescimento.

Nesta terça-feira, Renan surpreendeu o Palácio do Planalto ao defender o adiamento do encaminhamento da proposta. Apesar de defender a medida, classificando-a de "recomendável", o senador disse achar "que as medidas substanciais deveriam ser guardadas para depois da transitoriedade do governo".

"Nós estamos vivendo uma transitoriedade e talvez seja o caso de aguardarmos o julgamento final", avaliou Renan sobre o melhor momento para enviar a proposta. A previsão é que o julgamento da presidente Dilma pelos senadores seja concluído até o fim de agosto.

No Ministério da Fazenda, assessores disseram que a ideia de fixar um prazo de dez anos, renovável por igual período, foi elaborada por considerar que esse é o período necessário para reequilibrar as contas públicas.

Em relação à proposta de reduzir os gastos com pagamento do abono salarial, técnicos disseram que ela já havia sido descartada.

## **Artigo: Inacreditável**

15/06/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

O professor Carlos Antonio Rocca é, seguramente, um dos maiores especialistas brasileiros no estudo da origem e aplicação de fundos financeiros no Brasil. A instituição que dirige, a CEMEC (Centro de Estudos de Mercados de Capitais), deve merecer, pela importância da sua análise, o maior suporte do sistema financeiro privado e público.

Ficamos procurando "grandes teorias" para explicar a perda de dinamismo da economia brasileira, submetida, a partir de 2012, a uma série de intervenções mal pensadas e pobremente executadas. Não adianta discutir.

A experiência mundial mostra que o desenvolvimento social sustentável é consequência não necessária (por isso deve ser objeto de política distributiva) do crescimento econômico. A sociedade só pode distribuir, permanentemente, o que é produzido, o que eventualmente ganha de presente do mundo (que nunca é eterno) ou o que toma emprestado do resto do mundo (e um dia terá de devolver).

Ela pode, se tiver juízo, mitigar a ausência da igualdade de oportunidades e sustentar a liberdade individual (os dois valores fundamentais da sociedade "civilizada") se construir mecanismos institucionais que garantam uma relativa harmonia entre a necessidade de investimento e a redução de desigualdade pelo aumento do consumo.

Não há "grande teoria" que estimule o investimento que é a base de tudo. O que funciona é repetir os mecanismos utilizados pelos países que cresceram e continuam a crescer: estimular o "espírito animal" dos empresários com: 1) perspectiva de crescimento; 2) taxa de juro real acessível com colaterais razoáveis no mercado e 3) segurança regulatória. O resto é "chantili"!

Por que não crescemos em 2015? Basta olhar para a Nota Cemec 02/2016, atualizada. Ela mostra o saldo consolidado do exigível financeiro de entidades não financeiras no Brasil, nos dias 31/12 de 2014 e 2015.

Em 31/12/2014, o saldo total era de R\$ 6,81 trilhões, com o setor privado representando 52,5% do total e o setor público, 47,5%. Em 31/12/2015, o saldo havia crescido para R\$ 7,64 trilhões, com o setor privado reduzido a 49,9% e o público aumentado para 50,1%. A diferença parece pouca, mas é, de fato, uma tragédia.

No fluxo, que é o que interessa, o crédito privado cresceu apenas 6,5% no ano, o que significa uma contração dada à taxa de inflação anual de 10,7%, enquanto o crédito enroscado e imobilizado do setor público cresceu 18,5%. Escondido pelo crescimento "médio" de 12,2%, o governo se apropriou de 72% do aumento do crédito! Com o setor privado no forno e o público na geladeira, destruiu-se 6% do PIB...

(Antonio Delfim Netto - Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

### **Governo não consegue acordo para votar projeto dos fundos de pensão**

15/06/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

O governo ainda não conseguiu entrar em acordo com sua base na Câmara dos Deputados sobre o projeto de governança dos fundos de pensão. Após se reunir com líderes de partidos aliados nesta terça-feira (14), o ministro da Secretaria do Governo, Geddel Vieira Lima, afirmou que a proposta pode não ser votada nesta semana.

"O debate ainda precisa ser mais aprofundado basicamente na paridade dos conselhos. Há uma proposta aprovada na CPI dos Fundos de Pensão que era paridade de 3 e 3. A sugestão do governo é que seja 2-2-2", explicou o líder do governo na Câmara, deputado André Moura (PSC-SE).

Ou seja, a proposta aprovada na CPI prevê somente a participação do governo e de acionistas nos conselhos dos fundos. Já a proposta que veio do Senado e aguarda apreciação do plenário da Câmara também permitiria a atuação do mercado nesses conselhos.

Geddel destacou que, apesar de o governo defender a participação nos conselhos no modelo 2-2-2, isso "não significa uma posição fechada".

"Na nossa visão, estamos aqui numa casa legislativa, autônoma, não num cartório de títulos de ofício que tem a obrigação de carimbar tudo o que o governo e seus técnicos acham que é melhor. Estamos em processo de negociação para que saia a legislação." Na segunda-feira da última semana, dia 6, o presidente interino, Michel Temer, prometeu paralisar a nomeação para diretorias e presidências de empresas estatais e fundos de pensão até a aprovação dessa proposta.

Ficam paralisadas negociações entre governo e base para companhias como Eletrobrás, Itaipu, Furnas e Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), e em fundos de pensão como Funcef e Petros, alvos de investigação por operações irregulares.

Os líderes também querem fazer uma outra alteração no texto e derrubar o prazo exigido atualmente entre a ocupação de um cargo político-partidário e uma vaga de dirigente em um fundo de pensão. Ou seja, caso o presidente de um partido seja indicado para presidir um fundo, poderá imediatamente assumir o posto, não podendo somente acumular os cargos. Hoje isso é vetado.

## **PLENÁRIO**

Apesar da falta de acordo nessa matéria, o ministro e os líderes combinaram a votação de outra proposta de interesse do governo, o projeto de governança das estatais. O texto está fechado e deve passar sem problemas.

Na última terça (7), a sessão demorou a ter início porque o presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), insistiu em tomar a frente da sessão. Segundo o líder do governo, isso já foi conversado com ele e o pepista não vai comparecer ao plenário hoje.

"Quem vai presidir a sessão é o segundo vice-líder, Giacobbo", disse André Moura.

## **Inflação alta ainda persiste, mas deve ceder no segundo semestre**

15/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Em duas manifestações públicas formais desde que foi indicado ao cargo, o novo presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, foi claro ao afirmar que a missão de sua gestão é perseguir uma inflação baixa e estável como forma de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda.

Contudo, entre a fala de Goldfajn na sabatina do Senado Federal e seu discurso de posse como presidente do BC, que aconteceu na segunda-feira (13), o IBGE divulgou que a inflação medida em maio pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 0,78%, maior que o que foi registrado no mesmo período de 2015.

### ***Inflação em patamar elevado deve retardar a redução dos juros***

Ainda que o aumento da inflação no mês de maio não esteja relacionado a um crescimento da demanda – portanto, tentar conter este avanço com a taxa de juros seria inócuo –, o crescimento do IPCA pode retardar a diminuição da taxa básica de juros no país.

O relatório da consultoria Rosenberg afirma que o clima internacional favorável permite uma possibilidade para o corte da Selic no segundo semestre.

Segundo a análise, as crises política e fiscal do país e as pressões atípicas sobre os preços, entretanto, devem retardar esse processo para o mês de outubro, quando a consultoria prevê o início de um ciclo de queda de 0,5 ponto porcentual por reunião até chegar a taxa de 11,25%, que deve vigorar durante todo o ano de 2017.

O economista Rafael Leão, da Parallaxis, também acredita em um atraso na redução da taxa de juros. "Se existia uma brecha para cortarem os juros em julho, acho que agora deixaram para o último trimestre. O IPCA acende uma luzinha amarela e a tendência agora é esperar ancorar as expectativas de inflação para 2017. Quando isso começar a andar pelo centro da meta, fica mais fácil cortar os juros", analisa.

Apesar do susto, economistas avaliam que a alta de maio não deve comprometer a trajetória de queda da inflação de 2016 comparada com 2015. Para Rafael Leão, economista da Parallaxis, esse aumento não surpreende. "A gente não poderia esperar uma trajetória declinante que fosse retilínea", avalia.

Os analistas apontam dois fatores como os responsáveis pela elevação do índice de preços no mês de maio: o custo dos alimentos e os preços administrados pelo governo.

Elson Teles, economista do Itaú, avalia que o índice de preços de maio foi influenciado pela quebra da safra de grãos, que vem sofrendo perdas impostas pelo clima.

Segundo ele, a perspectiva é que ainda se observem pressões adicionais ao preço dos alimentos, já que o problema na safra de grãos vai se refletir também no preço da carne em virtude do custo de produção das rações animais.

Rafael Leão afirma que as recentes geadas também devem pressionar a inflação do mês de junho, especialmente no grupo das raízes e leguminosas. Ele diz, entretanto, que este efeito não deve ser duradouro.

"Ele vem com intensidade forte, mas assim como vem, ele volta". Na avaliação de Leão, os preços administrados são mais preocupantes que fatores sazonais. "Eles têm um impacto forte e não cedem depois", diz.

Em maio, os aumentos de tarifas de energia elétrica em diversas capitais do país, o fim do bônus da companhia de saneamento de São Paulo para consumidores que economizavam e o reajuste de 12,5% autorizado pelo governo no preço dos remédios foram grandes responsáveis pela elevação do IPCA.

### **Revisão do índice anual**

O índice de preços de maio fez com que os analistas econômicos revisassem para cima a expectativa de inflação anual. Segundo Elson Teles, a projeção do Itaú, que era de 6,9%, subiu para 7,2%.

No Boletim Focus, do Banco Central, a previsão do IPCA para 2016 subiu pela quarta semana consecutiva, e passou de 7,12% para 7,19%. Já a Parallaxis manteve sua expectativa de 6,9%, mesmo com o resultado de maio.

Até as previsões mais otimistas ainda mantêm a inflação deste ano acima do teto da meta.

Em sua posse, Ilan Goldfajn, que participou da implantação do regime de metas, afirmou que nesse regime "o objetivo é cumprir plenamente a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, mirando o seu ponto central", que é de 4,5%.

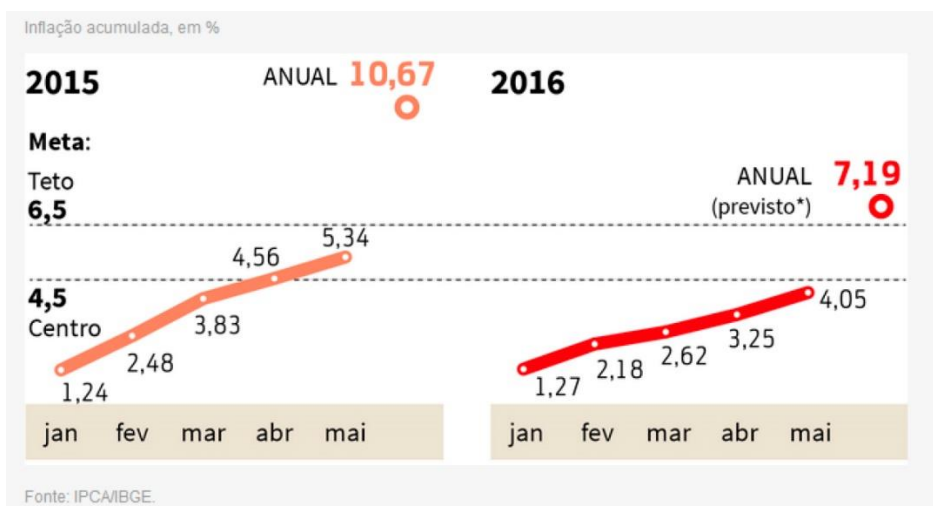
Segundo ele, os limites de tolerância estabelecidos servem para acomodar choques inesperados na inflação, que não permitam a volta ao centro da meta em tempo hábil. Goldfajn, entretanto, não deu um prazo para que a inflação do país chegue ao centro da meta.

### **Sinal amarelo**

Inflação registrada pelo IPCA em maio fechou acima das expectativas do mercado e superou o índice apurado no mesmo mês de 2015.

Com o resultado, a previsão para o índice de preços de 2016 subiu pela quarta semana consecutiva, de acordo com o Boletim Focus, do Banco Central.

Inflação acumulada, em %



## **Energisa quer rever limite de alavancagem por deterioração da economia**

15/06/2016 - Fonte: Jornal Extra/G1

A holding Energisa, que controla 13 distribuidoras de energia elétrica no Brasil, apresentou nesta quarta-feira proposta para renegociar junto a debenturistas os índices financeiros a serem cumpridos pela companhia, incluindo o nível de endividamento.

Segundo a companhia, a renegociação deve-se "à deterioração da economia brasileira, com potenciais efeitos sobre o consumo de energia elétrica", que cria incertezas para a geração de caixa do grupo.

A proposta é válida para debenturistas da 1ª à 6ª séries da sétima emissão privada da companhia.

O grupo propõe novo limite para a relação entre dívida líquida e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado, de 4,5 vezes, entre o segundo e terceiro trimestres de 2016, ante patamar máximo de 3,5 vezes acertado com os credores anteriormente.

A Energia pede que o indicador possa atingir até 4,2 vezes entre o quarto trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2017, e 4 vezes entre o primeiro e o segundo trimestres de 2017. Entre o quarto trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2018, o limite seria uma relação de 3,8 vezes entre dívida líquida e Ebitda ajustado.

A proposta também inclui revisão dos limites para a relação entre o Ebitda ajustado e as despesas financeiras líquidas no período entre o segundo trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2018.

"A administração da companhia está convicta de que tem plenas condições de cumprir com as obrigações financeiras contratadas, e que essa adequação se trata de uma ação importante para que possa fazer frente ao expressivo programa de investimentos", afirmou a Energisa no comunicado.

## **Senado deve votar novo Super Simples nesta quarta-feira**

15/06/2016 - Fonte: Jornal Extra/G1

O Senado deve votar nesta quarta-feira, dia 15, o projeto que atualiza os valores do Super Simples. Depois de se reunir com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB), disse que o acordo está praticamente fechado, faltando apenas um aval da Receita Federal. Mas ele disse que a intenção é votar amanhã.

— O Super Simples deve ser votado amanhã. O acordo está praticamente fechado — disse ele.

Segundo ele, o MEI passará de R\$ 60 mil para R\$ 72 mil ao ano, e a microempresa de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões ao ano. Também é retirada do texto o reajuste automático da tabela a ser paga.

O ponto em que a Receita Federal ainda não aceitou é o que trata do prazo para pagamento de dívidas. Inicialmente, a proposta mudou o prazo para o pagamento de dívidas dos atuais 60 meses para 120 meses, a Receita reclamou.

Agora, o texto mudou para 120 meses, nos dois primeiros anos. O governo ainda resiste, mas o governador está otimista com a votação amanhã nestes termos.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o Super Simples será o primeiro item da pauta de amanhã.

— Essa poderá ser a primeira medida para desamarrar os pés da economia — disse Renan.

### **Moody's rebaixa HSBC Brasil e mantém nota do Bradesco**

15/06/2016 - Fonte: G1

A agência de classificação de risco Moody's rebaixou nesta terça-feira (14) as notas de crédito do banco HSBC Brasil e manteve o rating do Bradesco. A perspectiva foi mantida como negativa.

A nota de longo prazo em moeda estrangeira do HSBC Brasil passou de ba1 para ba2. Segundo a Moody's, com a compra do banco pelo Bradesco, não haverá mais o suporte do HSBC Holding, de modo que o rating do HSBC Brasil foi rebaixado para o mesmo nível do Bradesco, avaliado em ba2.

"A perspectiva negativa do HSBC Brasil reflete a mesma perspectiva para a nota do Bradesco, que por sua vez reflete a perspectiva negativa para a nota soberana do Brasil", conclui a agência.

Ao manter a nota do Bradesco, a Moody's justificou que a compra do HSBC Brasil vai aumentar a participação de mercado do banco em depósitos e ativos, "reduzindo a distância com o Itaú", o maior banco privado do país. "A aquisição vai melhorar a posição do Bradesco no segmento altamente competitivo de clientes de alta renda", avaliou o analista Ceres Lisboa.

#### **Aquisição**

O HSBC anunciou em agosto de 2015 que vendeu sua subsidiária brasileira para o banco Bradesco, em uma operação que movimentou US\$ 5,2 bilhões, o equivalente, à época, a R\$ 17,6 bilhões.

Na semana passada, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, com restrições, a compra das operações pelo Bradesco. Com a aquisição, o Bradesco assumirá todas as operações do HSBC no Brasil, incluindo varejo, seguros e administração de ativos, bem como todas as agências e clientes.

A aprovação da compra, porém, ficou condicionada à celebração de um Acordo em Controle de Concentrações (ACC), entre Bradesco e Cade. Por meio dele, o conselho pretende limitar o risco de que a fusão entre os dois bancos gere problemas concorrenciais no mercado de crédito no Brasil.



## Classificações das agências de risco

Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's	Significado na escala
AAA	Aaa	AAA	Grau de investimento com qualidade alta e baixo risco
AA+	Aa1	AA+	
AA	Aa2	AA	
AA-	Aa3	AA-	
A+	A1	A+	
A	A2	A	
A-	A3	A-	
BBB+	Baa1	BBB+	Grau de investimento, qualidade média
BBB	Baa2	BBB	
BBB-	Baa3	BBB-	
BB+	Ba1	BB+	Categoria de especulação, baixa classificação
<b>BB</b>	<b>Ba2</b>	<b>BB</b>	
BB-	Ba3	BB-	
B+	B1	B+	
B	B2	B	
B-	B3	B-	
CCC	Caa1	CCC+	Risco alto de inadimplência e baixo interesse
CC	Caa2	CCC	
C	Caa3	CCC-	
RD	Ca	CC	
D	C	C	

Fonte: Fitch Ratings; Standard & Poor's; Moody's

GI.com.br

Infográfico atualizado em 5/5/2016

## Votorantim vai investir R\$ 322 milhões em projeto

15/06/2016 - Fonte: Jornal do Comércio



O Projeto Caçapava do Sul, resultado de uma joint venture entre a Mineração Iamgold Brasil e a Votorantim Metais (que detém 70% do empreendimento), tem como objetivo desenvolver a lavra e o beneficiamento de minerais polimetálicos no Estado.

Através de um investimento de R\$ 322 milhões, a meta é atingir em Caçapava do Sul, ao ano, uma produção de 36 mil toneladas de chumbo contido, 16 mil toneladas de zinco contido e 5 mil toneladas de cobre contido, além de uma pequena quantidade de prata.

O líder do projeto, Paul Cézanne, frisa que a ação não contempla a produção de metais, mas sim a de concentrados. A iniciativa foi apresentada ontem, no Palácio Piratini, ao governador José Ivo Sartori, com a presença do diretor-presidente da Votorantim Metais, Tito Martins.

Os mercados-alvo serão tanto o interno quanto o internacional (essencialmente a China). O concentrado de zinco será destinado ao mercado nacional; e o de chumbo e de cobre, para o exterior.

A joint venture aproveitará o porto do Rio Grande para escoar parte de sua produção no Estado. Entre os segmentos que podem aproveitar os insumos estão os agrícolas, farmacêutico, de galvanização, de baterias de automóveis e materiais elétricos.

Cézanne adianta que a expectativa é que exista um déficit de concentrados de zinco, fundamentalmente, no mercado internacional a partir de meados de 2017. O panorama previsto é devido a perspectivas de que minas atualmente em operação irão interromper a atividade.

Porém, o dirigente enfatiza que o desenvolvimento do projeto gaúcho ainda depende da obtenção do licenciamento ambiental e pode ser alterado por causa do contexto econômico mundial. "Se a commodity começar a cair de preço, terá que ser reavaliado, inclusive, o tamanho do projeto; mas, se a economia melhorar, acelerará a iniciativa", reitera.

Cézanne afirma que o empreendimento está na fase inicial, entretanto bem encaminhado no que diz respeito à engenharia e aos estudos ambientais. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) foi protocolado em janeiro na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). As audiências públicas para discutir a implantação do complexo deverão ocorrer nos dias 27 e 28 de julho.

O planejamento prevê a instalação de três minas de cavas a céu aberto. Apesar do termo, precisará ocorrer a escavação de 50 a 60 metros, abaixo da superfície, para que se alcance as lavras de minérios. Também está prevista a construção de uma usina de beneficiamento.

Serão gerados em torno de 450 empregos diretos na fase de operação e na etapa de implantação da infraestrutura a projeção é de 1 mil a 1,2 mil postos de trabalho. A ideia, diz Cézanne, é aproveitar o máximo possível de mão de obra local. A vida útil do projeto tem uma expectativa de 20 anos, contudo o executivo acredita que esse prazo pode ser ainda maior.

O depósito mineral, denominado geologicamente de Santa Maria, está localizado em Minas do Camaquã, distrito de Caçapava do Sul. A estimativa é que a jazida possua cerca de 29 milhões de toneladas de reserva mineral.

Cézanne revela que o projeto já tem garantido os direitos de mineração, porém as empresas envolvidas na iniciativa ainda não são proprietárias dos terrenos na superfície.

### **Cade aprova criação do Banco Hyundai, parceria da montadora com Santander**

15/06/2016 - Fonte: Jornal do Comércio

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições joint venture entre Aymoré Crédito, subsidiária do Banco Santander, e Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis.

Denominada Banco Hyundai, a nova empresa irá oferecer serviços de financiamento de veículos com foco nas concessionárias associadas às marcas Hyundai e Kia. A composição da joint venture é de 50% da Aymoré, 25% da Hyundai Capital e 25% da Hyundai Motor Brasil.

O aval do Cade ao negócio está publicado em despacho no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (15).

As empresas destacaram ao órgão que o acordo trata, também, da estruturação da Hyundai Corretora de Seguros, que permanecerá inoperante até que seus termos de funcionamento e operação sejam determinados por meio de contrato específico, que será oportunamente notificado ao Cade.

As empresas esclareceram ainda que a operação consiste na consolidação de parceria já existente entre elas.



## **Cobre opera em forte alta em reação ao dólar mais fraco**

15/06/2016 - Fonte: Jornal do Comércio

Os contratos futuros de cobre operam em altas consideráveis na manhã desta quarta-feira (15) em uma combinação de busca por papéis que se desvalorizaram nos últimos dias e dólar fraco.

Na London Metal Exchange (LME), o cobre para três meses subia 2,7%, a US\$ 4.634 a tonelada, perto das 8h30min (de Brasília). Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para julho tinha alta de 3,14%, a US\$ 2,1045, às 8h45min.

O metal industrial ainda está em queda de 1,3% em relação ao início do ano, pressionado por um dólar alto e dados econômicos mistos ao redor do mundo. Nesta quarta-feira, o índice do dólar apresentava queda de 0,15%.

Entre outros metais negociados na LME, o alumínio subia 1,00%, a US\$ 1.626,00 a tonelada, o zinco subia 1,6%, a US\$ 2.050,50 a tonelada, o níquel tinha alta de 2,6%, a US\$ 9.115,00 a tonelada, o chumbo avançava 1,3%, a US\$ 1.706,00 a tonelada, e o estanho registrava acréscimo de 0,30%, a US\$ 17.030 a tonelada.

## **Volume de serviços prestados cai 4,5% em abril, diz IBGE**

15/06/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

O volume de serviços prestados recuou 4,5% em abril ante igual mês de 2015, já descontados os efeitos da inflação, informou nesta quarta-feira, 15, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi o 13º resultado negativo consecutivo de queda e o pior desempenho para meses de abril da série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), iniciada em 2012. Em março, o volume de serviços prestados havia recuado 5,9% ante março do ano passado.

Desde outubro de 2015, o órgão divulga índices de volume no âmbito da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). Antes disso, o IBGE anunciava apenas os dados da receita bruta nominal, sem tirar a influência dos preços sobre o resultado. Por esse indicador, que continua a ser divulgado, a receita nominal subiu 0,4% em abril ante igual mês de 2015.

Com o resultado de abril, o volume de serviços prestados acumulou queda de 4,9% no ano e recuo de 4,6% em 12 meses.

A série da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) foi iniciada em janeiro de 2012. Os dados com ajuste sazonal (que permitem a análise do mês contra o mês imediatamente anterior) começarão a ser informados a partir da próxima divulgação, em julho. Segundo o IBGE, a dessazonalização requer a existência de uma série histórica de aproximadamente quatro anos.

### **Segmentos**

A queda no volume de serviços prestados, de 4,5% em abril de 2016 ante igual mês de 2015, já descontados os efeitos da inflação, atingiu todos os segmentos pesquisados pelo IBGE na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

A atividade de "transportes, serviços auxiliares de transporte e correio recuou 6,5% em abril ante abril de 2015. Sozinha, essa atividade teve contribuição negativa de 2,0 pontos percentuais (p.p.) na taxa de abril.

O pior desempenho no segmento de transportes ficou com a modalidade "transporte terrestre", que recuou 8,8% em abril ante abril de 2015. Também caíram as modalidades "transporte aquaviário" (-2,9%), "transporte aéreo" (-0,1%) e "armazenagem, serviços auxiliares dos transportes e correio" (-4,7%).

As outras quedas nas atividades pesquisadas, sempre na mesma base de comparação, foram nas atividades de "serviços prestados às famílias" (-3,0%); "serviços de informação e comunicação" (-3,0%); "serviços profissionais, administrativos e complementares" (-5,4%); e "outros serviços" (-3,3%).

A série da PMS foi iniciada em janeiro de 2012. Os dados com ajuste sazonal (que permitem a análise do mês contra o mês imediatamente anterior) começarão a ser informados a partir da próxima divulgação, em julho. Segundo o IBGE, a dessazonalização requer a existência de uma série histórica de aproximadamente quatro anos.

### **Chefe da Volkswagen do Brasil comandará o grupo na América do Sul**

15/06/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

O presidente da Volkswagen do Brasil, David Powels, no cargo há um ano e meio, vai comandar também os negócios do grupo na região que engloba América do Sul, América Central e Caribe. O anúncio foi feito na terça-feira, 14, na sede da empresa, na Alemanha.

Powels iniciou carreira na Volkswagen em 1989, na filial da companhia na África do Sul.

A montadora também informou que Thomas Owsianski será vice-presidente de vendas e marketing para a região América do Sul. Atualmente, ele é diretor executivo de vendas da Skoda, marca pertencente à Volkswagen.

No primeiro trimestre deste ano, a Volkswagen vendeu 70,6 mil veículos na América do Sul, número 29,3% menor do que o registrado em igual período de 2015.

A queda foi puxada principalmente pelo desempenho do Brasil, maior mercado do grupo na região, que no mesmo intervalo registrou recuo de 40%. A marca é a terceira maior em vendas no País, atrás da Fiat e da General Motors.

Na terça, a Volkswagen também informou que as mudanças anunciadas pela matriz não alteram as funções de Jorge Portugal, vice-presidente de vendas e marketing no País, que seguirá no posto, onde também é responsável pelo relacionamento com a rede de concessionários e o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento da marca

### **Para Sinduscon-SP, não há previsão de recuperação do PIB do setor antes de 2018**

15/06/2016 - Fonte: EM.com

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), José Romeu Ferraz Neto, afirmou não haver sinais de recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) setorial antes de 2018. Para este ano, a instituição espera uma queda de 5,0% no PIB da construção e o corte de 250 mil vagas de trabalho. No ano passado, o PIB do setor recuou 7,7%.

"Talvez tenhamos recuperação em 2018. Com as obras terminando, precisaríamos ter novas obras começando neste momento para uma recuperação do setor lá na frente. E não estamos começando nada agora", disse nesta terça-feira, 14, em entrevista à

imprensa após participar de reunião com empresários da construção e a prefeitura da capital paulista, Fernando Haddad.

"As medidas econômicas (da nova equipe do governo federal) são todas assertivas. Se conseguirem adotar as medidas que estão negociando, acho que a economia brasileira rapidamente voltará a se recuperar. Mas o setor de construção é mais lento, depende de aprovação dos empreendimentos e início das obras", comentou.

PPP

No encontro com Haddad, o presidente do Sinduscon-SP reforçou a demanda do setor por modelos de parcerias público-privadas (PPP) e concessões que promovam estímulos ao mercado imobiliário e à infraestrutura.

Ferraz Neto também voltou a cobrar da Prefeitura de São Paulo a desvinculação da liberação do Habite-se à quitação do ISS pelas construtoras, um procedimento que tem atrasado a liberação dos empreendimentos.

O Sinduscon-SP discute o caso na Justiça e já teve decisão favorável - o efeito, porém, se limitou a um grupo restrito de empresas que participaram do processo na justiça.

## Seis formas de perder dinheiro na hora de investir

15/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Ao investir, os aplicadores fazem com que o dinheiro trabalhe para eles. Mas a falta de conhecimento sobre as taxas e os indicadores que incidem sobre os ativos, somada às escolhas erradas, podem levar a mais perdas do que ganhos.

Conheça alguns dos erros mais comuns na hora de investir:

### ***Esquecer da inflação***

A inflação é um dos principais indicadores que definem as perdas ou ganhos dos investimentos. A alta dos preços incide diretamente sobre o poder de compra do consumidor.

Logo, o que se consegue comprar hoje com R\$ 1.000 não será o mesmo que se poderá adquirir daqui a um ano. E é por esse motivo que a poupança teve perdas em vez de ganhos no ano passado.

Em 2015, enquanto o IPCA fechou acima dos 10%, a caderneta ficou em cerca de 8%, o que resultou em uma perda real de aproximadamente 2%. Estar atento às variações do índice e ao rendimento do ativo escolhido definem se a aplicação trará ou não retornos.

### ***Desconsiderar as taxas de administração***

As taxas de administração são cobranças pelos bancos e corretoras para a manutenção de ativos financeiros, como os fundos de investimentos. No entanto, se os valores forem muito altos, os resultados podem ficar abaixo da poupança.

Para os fundos de renda fixa, os consultores sugerem que as taxas não ultrapassem 1% dos rendimentos. Acima disso, os retornos podem ser comprometidos, inclusive com a possibilidade de os lucros serem subtraídos pelas taxas.

### ***Não contar com prazo e impostos***

O prazo em que o dinheiro ficará aplicado influencia tanto nos juros que serão pagos quanto no Imposto de Renda cobrado ao investidor. O caso dos títulos do Tesouro Direto é um dos que deixam essa relação mais clara.

Os papéis com um vencimento mais longo, como os atrelados à inflação - que podem chegar até 2050 -- só oferecem o retorno definido na compra quando são retirados no fim do período.

Isso porque os rendimentos dos papéis estão sujeitos aos valores pagos no mercado secundário, como é chamado o de compra e venda de títulos entre investidores, e à variação dos juros no prazo em que o dinheiro ficou aplicado.

Outro ponto é o IR sobre os rendimentos, cobrado também nos fundos de investimento e CDBs, que vai de 22,5% em seis meses a 15% em dois anos.

### ***Vender e comprar ações na hora errada***

O investimento em ações é um dos mais arriscados do mercado, e por isso mesmo é um dos que trazem as maiores possibilidades de ganhos aos aplicadores. Investir na Bolsa exige um perfil arrojado e muitos cuidados para não perder dinheiro com ela.

Entre as maneiras mais comuns de sair na pior é se deixar levar e vender as ações em momentos de baixa ou realizar comprar nas altas. Para não cair nessa, a recomendação dos especialistas é estudar o mercado de ações antes de realizar qualquer investimento e aplicar o mínimo possível da carteira em renda variável.

### ***Comprar títulos de capitalização***

Vendidos como investimentos, os títulos de capitalização estão mais próximos da loteria que de uma aplicação financeira em si. Em geral, os produtos são descontados mensalmente da conta corrente ou pagos em parcelas aos bancos e financeiras, dando direito de o participante concorrer a prêmios em dinheiro ou reaver a totalidade do valor ao fim de um período.

No entanto, os títulos podem dar retornos abaixo do aplicado, já que possuem taxas de administração, e oferecem "punições" para o resgate antes do prazo estipulado.

### ***Participar de pirâmides financeiras***

Uma forma antiga de atrair as pessoas para ganhar "dinheiro fácil", as pirâmides financeiras são modelos de ganho insustentáveis que só trazem retorno aos que estão no topo das operações.

Proibidos por lei, os esquemas se sustentam por meio de um grupo de sócios que realizam contribuições em dinheiro, que são revertidas para os integrantes mais antigos, e em arregimentar novos participantes que paguem a mesma quantia em dinheiro. Quem está na base, porém, pode ter grandes perdas ao não reaver o montante gasto para o ingresso.

## **Uma nova Previdência para os novos trabalhadores**

15/06/2016 - Fonte: O Estado de S. Paulo

De cada R\$ 3 que o Estado brasileiro arrecada, um é gasto com aposentadorias ou pensões. O Brasil é um país ainda jovem, mas envelhece rapidamente. Por essa razão, a magnitude do gasto previdenciário atual começa a ser percebida pela opinião pública como uma grave ameaça ao nosso futuro.

O governo Temer tentará estabelecer a idade mínima e desvincular o valor básico dos benefícios do salário mínimo. Tais medidas são absolutamente necessárias para reduzir os gastos no médio prazo, mas não são suficientes para solucionar definitivamente o problema.

Para completá-las, é necessário criar um novo sistema para os novos trabalhadores. Este sistema valeria, por exemplo, para os brasileiros nascidos depois de 1995, que teriam regras de aposentadoria totalmente novas. O sistema atual desapareceria gradualmente, substituído também gradualmente pelo novo sistema.

Um dos aspectos mais criticados no sistema atual é a diferença de regras entre funcionários públicos e trabalhadores de empresas privadas. O novo sistema teria cobertura universal, sem diferenças entre o setor privado e o setor público.

Todos teriam as mesmas regras para chegar à aposentadoria e poderiam transitar entre a administração pública e as empresas privadas (e vice-versa), valendo-se da portabilidade dos seus créditos e das suas expectativas de direitos acumulados.

O novo sistema teria cinco princípios: Universalidade (um sistema para todos), Equidade (igual tratamento a todos), Equilíbrio Atuarial (igualdade financeira entre contribuições e benefícios, para um mesmo corte etário), Eficiência (minimização de tributação sobre a folha de salários, reduzindo distorções no mercado de trabalho) e Simplicidade (regras simples e em pequeno número).

Seria constituído de quatro pilares, sendo dois baseados no princípio da repartição e os outros dois no da capitalização. Dessa forma, promoveria a solidariedade entre as gerações e, ao mesmo tempo, incentivaria a poupança, gerando recursos para o investimento.

Resumidamente, os quatro pilares podem ser assim descritos:

**Pilar 1: Renda Básica do Idoso (RBI).** Seria um benefício não contributivo, de caráter universal, ao qual teriam acesso todos os cidadãos, independentemente de terem ou não contribuído para suas aposentadorias. O único requisito seria atingir a idade mínima (em princípio, 65 anos para homens e mulheres).

**Pilar 2: Benefício Contributivo por Repartição (BCR).** Financiado por contribuições menores que as atuais, teria um teto também menor. Somado à RBI, garantiria reposição de 100% da renda aos que estivessem na base da pirâmide social.

O tempo de contribuição exigido seria de 40 anos para os homens e 35 anos para as mulheres. Quem chegasse à idade mínima, mas não tivesse completado o tempo de contribuição, teria direito a um benefício menor, proporcional ao número de anos de contribuição.

**Pilar 3: Benefício Contributivo por Capitalização (BCC).** Seria construído pela fusão do FGTS com o seguro-desemprego. Cada indivíduo teria uma única conta vinculada, na qual deveria acumular montante suficiente para o seguro-desemprego.

Atingido este montante, os valores excedentes não poderiam ser sacados antes da aposentadoria, mas poderiam ser aplicados em fundos de livre escolha ou deixados rendendo na conta vinculada, remunerada a taxas de mercado.

Os novos funcionários públicos também teriam direito a este benefício. Além de proporcionar o terceiro pilar na aposentadoria, este benefício eliminaria um imposto (o PIS) e eliminaria os incentivos à fraude que hoje existem no seguro-desemprego.

Quanto menos os beneficiários usassem o seguro-desemprego, mais acumulariam para sua aposentadoria.

**Pilar 4: Benefício Contributivo Voluntário por Capitalização (BCVC).** Este pilar seria de participação voluntária, equivalendo a planos de aposentadoria complementar existentes.

A introdução de idade mínima para os atuais trabalhadores e a construção do novo sistema para os novos trabalhadores com o desenho acima descrito poderiam garantir às gerações futuras uma renda justa na aposentadoria, superando a ameaça representada pela manutenção do modelo atual.

(Hélio Zylberstajn: *É professor da FEA/USP e pesquisador da Fipe.*)

### **Empresas gastam 600 horas com obrigações fiscais**

15/06/2016 - Fonte: Portal Contábil



Um estudo da Receita Federal contrapõe dados que vêm sendo divulgados pelo Banco Mundial há pelo menos cinco anos. Trata-se do tempo que empresas brasileiras gastam para calcular e pagar os seus impostos e contribuições. Segundo o Fisco, são, em média, 600 horas por ano (25 dias) um quarto do tempo diagnosticado na outra pesquisa.

No estudo do Banco Mundial, o "Doing Business" desenvolvido em parceria com a PricewaterhouseCoopers (PwC) o Brasil aparece nas últimas posições de uma lista de mais de 180 países. De acordo com este levantamento, as empresas brasileiras gastam, em média, 2.600 horas (108 dias).

A pesquisa da Receita surgiu do inconformismo à divulgação do Banco Mundial. "Tínhamos certeza que esse resultado não se sustentava", diz o chefe da Divisão de Escrituração Digital da Receita Federal, Clovis Peres. "Então fomos olhar com precisão qual empresa é essa que o Doing Business está tratando", completa.

Para isso, a Receita firmou parceria com a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

Os parâmetros utilizados no levantamento foram, propositalmente, os mesmos do Doing Business. Partindo-se da questão: quanto tempo demoraria para um profissional de uma empresa de vasos cerâmicos, com 60 funcionários, preencher e entregar todos os formulários necessários.

Essa empresa, seguindo os critérios estabelecidos, teria de atuar em um único Estado e não poderia ter demitido ou contratado profissionais no mês. Além disso, deveria ser feita a extração de relógio ponto mecânico. A pesquisa da Receita, assim como o Doing Business, tratou de companhias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Cinco escritórios de contabilidade participaram do levantamento o que, segundo a Fenacon, abrange um universo de cerca de 500 empresas nos dois Estados. As médias registradas foram as seguintes: 373,2 horas gastas com ICMS, IPI e contribuições, 116 horas com a contabilidade do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da



Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e 97,2 horas com a folha de pagamento.

O diretor de Educação e Cultura da Fenacon, Helio Cezar Donin Junior, afirma que para computar as horas gastas pelas empresas, o Doing Business tem utilizado ao longo dos anos o mesmo estudo que, segundo ele, já estaria defasado. Esse seria o principal motivo para a diferença entre os resultados das duas pesquisas.

“Porque a estrutura tributária mudou muito, principalmente por conta das declarações eletrônicas”, diz.

Ele entende que o Brasil vem melhorando, ano a ano. Começou com a nota fiscal eletrônica. Depois, a implantação do Sistema Público de Escrituração Nacional (Sped), que unificou as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal. E, recentemente, o eSocial projeto do governo que pretende unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados.

“A tendência é que essas horas diminuam até estabilizar em um patamar um pouco menor do que apuramos agora”, acredita Helio Cezar Donin.

Especialistas chamam a atenção, no entanto, que mesmo o estudo da Receita Federal, que aponta para as 600 horas gastas com o pagamento de impostos, não coloca o Brasil numa situação privilegiada. Se comparado com outros países seguindo o Doing Business ainda há diferenças.

Na América Latina, por exemplo, as empresas da Argentina gastam 405 horas e as chilenas 291. E a diferença é maior ainda se comparado a países desenvolvidos, como os Estados Unidos, em que são necessárias 175 horas ao ano.

Procurada pelo Valor, a Price informou que não se manifestaria sobre o estudo da Receita Federal. O Banco Mundial foi procurado, mas não retornou até o fechamento da edição.

## **Em meio à crise, Jaguar Land Rover inaugura fábrica de R\$ 750 milhões no País**

15/06/2016 - Fonte: O Estado de S. Paulo



A Jaguar Land Rover inaugurou nesta terça-feira, 14, em Itatiaia, no sul fluminense, sua primeira fábrica própria fora do Reino Unido. Após investimento de R\$ 750 milhões, a unidade de veículos premium começa a operar em meio à recessão e em um momento crítico para o setor automotivo brasileiro.

As mais recentes projeções divulgadas pelas montadoras traçam cenário desanimador em relação a 2015: queda de 19% nas vendas e de 5,5% na produção, que voltará ao patamar de 12 anos atrás.

Com capacidade instalada para produzir até 24 mil veículos por ano, a fábrica vai operar no ritmo ditado pela demanda. A produção começa em 12 veículos por dia, apenas 15% do potencial. O destino é o mercado doméstico, mas o grupo não descarta exportações para países vizinhos no futuro.

Fábrica irá produzir os modelos Range Rover Evoque (foto) e o Discovery Sport.

“Não há planos de exportar no momento, mas isso pode mudar em alguns anos”, disse, durante a cerimônia de inauguração, o diretor executivo global de manufatura da Jaguar Land Rover, Wolfgang Stadler. O executivo minimizou os efeitos da crise política e econômica no Brasil. “Não estamos preocupados com o sobe e desce da economia. A fábrica é um investimento de longo prazo e mostra confiança no País”.

Maior fabricante de carros do Reino Unido, a Jaguar Land Rover vai gerar 400 empregos diretos e mil indiretos no Brasil. A empresa produzirá inicialmente os modelos Range Rover Evoque e Discovery Sport, vendidos a partir de R\$ 224 mil e R\$ 212,5 mil, respectivamente.

O grupo tem 35 concessionárias no País. A aposta é no avanço do mercado local de veículos premium, que hoje abocanha fatia de apenas 2,5%, ante 10% em mercados maduros.

De janeiro a maio as vendas totais de veículos somam 811,7 mil unidades, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), recuo de 26% ante 2015. Ao contrário do ano passado, as marcas do segmento de luxo também enfrentam queda acentuada nas vendas, casos de Audi (-25,7%), BMW (-30,2%) e Mercedes-Benz (-30,4%).

A Land Rover tem vendas menores em termos absolutos, mas registra queda bem menor nos números, de 4,1%, com 3.354 veículos. A marca de super luxo Jaguar teve salto de quase 80%.

Na prática, a planta de Itatiaia ainda funciona apenas como linha de montagem. Parte significativa dos componentes do carro ainda vem da Inglaterra, como a carroceria. O índice de nacionalização deve evoluir segundo as exigências do programa Inovar-Auto, do governo federal.

O regime tributário prevê desconto de até 30% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis, desde que cumpridas contrapartidas pelas montadoras.

O grupo estima atingir um processo de produção mais completo em Itatiaia apenas em 2020. Até lá, serão construídas as áreas de pintura e armação de carroceria, já incluídas no orçamento. Alguns componentes nacionais já são usados, como bancos, escapamento, vidros e módulos eletrônicos.

O presidente da Jaguar Land Rover para a América Latina e Caribe, Frank Wittemann, admitiu que o setor passa por uma situação difícil. “Não está muito aquecido em 2016, mas esperamos manter o mesmo nível de vendas do ano passado”, disse.

O executivo enxerga o início da recuperação da economia em 2017. Questionado sobre o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, foi lacônico: “É importante que o mercado se estabilize”.

**Movimento.** Controladas desde 2008 pela indiana Tata Motors, as marcas britânicas têm também fábrica na China, em parceria com a local Chery, uma unidade de montagem na Índia e outra em construção na Eslováquia.

A planta no Brasil é a única 100% da Jaguar Land Rover fora do Reino Unido. Sua inauguração ocorre um ano e meio após o lançamento da pedra fundamental, em 2014. O grupo é o quarto fabricante de carros de luxo a abrir uma unidade no Brasil em dois anos, seguindo as alemãs BMW (2014), Audi (2015) e Mercedes-Benz (em março).



## **Receita Federal do Brasil obriga as entidades estrangeiras a identificarem seus beneficiários finais no CNPJ**

15/06/2016 - Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados - Advogados

A Instrução Normativa RFB n.º 1.634/2016, publicada no dia 09 de maio de 2016, traz novidades referentes à inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Dentre as alterações, destaca-se a necessidade de identificação de toda a cadeia de participação societária, dos sócios aos beneficiários finais, especialmente nos casos de entidades domiciliadas no exterior e das entidades estrangeiras.

A Instrução Normativa classifica como beneficiário final a pessoa natural que, em última instância, de forma direta ou indireta, possui, controla ou influencia significativamente uma determinada entidade ou a pessoa em nome da qual uma transação é conduzida, sendo presumida a influência significativa caso a pessoa natural, direta ou indiretamente, possua mais de 25% do capital da entidade ou detenha preponderância nas deliberações sociais.

A medida já é adotada pelo Banco Central do Brasil em observância às convenções internacionais para prevenção e combate de atividades relacionadas à lavagem de dinheiro, que impõem maiores restrições e exigências de controle por parte de instituições financeiras para a abertura de contas bancárias.

A Receita Federal disponibiliza um prazo para que os contribuintes que já possuem inscrição no CNPJ regularizem voluntariamente suas operações no Brasil, sendo que o procedimento de identificação do beneficiário terá início a partir de 1º de janeiro de 2017.

As pessoas jurídicas que possuírem inscrição no CNPJ até 31/12/2016 terão que, após esta data, identificar o beneficiário final no momento em que procederem com alguma alteração cadastral, tendo como data limite 31 de dezembro de 2018. Já as pessoas jurídicas que se inscreverem no CNPJ a partir de 01/01/2017, serão obrigadas a informar o beneficiário final no prazo de até 90 (noventa) dias após a obtenção do CNPJ.

O não preenchimento das informações relacionadas aos beneficiários finais dentro do prazo estipulado, ou a não apresentação dos documentos que comprovem sua ligação com a entidade domiciliada no exterior, acarretará, para a sócia estrangeira, a suspensão da inscrição perante o CNPJ e o impedimento de transacionar com estabelecimentos bancários, inclusive realizar movimentação de conta-correntes, aplicações financeiras e obtenção de empréstimos.

Vale ressaltar que a Instrução Normativa busca, claramente, uma maior transparência das informações referentes aos reais beneficiários dos recursos aplicados no Brasil, demonstrando uma preocupação com o combate às atividades ilícitas, como corrupção e lavagem de dinheiro, além de melhorar e tornar mais confiável o procedimento de registro de pessoas jurídicas estrangeiras no Brasil.